



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	12658/2024
Data do Início	24/05/2024
Folha	48
Rubrica	

Maricá, 19 de junho de 2024

Processo nº 12658/2024

Trata-se de impugnação procedida em relação ao edital de pregão presencial nº 07/2024-SRP, sendo alegadas matérias atinentes à expertise da Secretaria Requisitante.

Nesta ocasião, o feito fora submetido a esta Especializada para emissão de parecer no tocante à aduzida impugnação. Todavia, verifica-se que a Secretaria de Educação já realizou a sua decisão, embasado pela manifestação expressa de agente público desta municipalidade, com fundamentos de cunho técnico inerentes ao objeto os quais ultrapassam a verificação estritamente jurídica.

A esse respeito, fora ainda observado que o órgão consulente procedeu a alterações no instrumento convocatório, de modo a acatar dadas alegações do impugnante.

Por cautela, **informe-se que a indicação de marcas ou modelos é medida absolutamente excepcional**, a ser realizada de modo formalmente justificado e admitido apenas em decorrência da necessidade de padronização do objeto; da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração; quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante; quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União ressalta que “a indicação de marca no edital deve estar amparada em razões de ordem técnica, de forma motivada e documentada, que demonstrem ser aquela marca específica a única capaz de satisfazer o interesse público” Acórdão 2829/2015-TCU-Plenário).

Sugerimos ainda que seja reiterada a importância de amostra para o objeto em análise, tendo em vista que somente serão admitidas em licitação exigências essenciais a assegurar o pleno atendimento da necessidade da Administração, com vistas a evitar restrições indevidas à competitividade (art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	12658/2024
Data do Início	24/05/2024
Folha	49
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Reitere-se – à exaustão – que incumbe à Procuradoria Geral do Município o pronunciamento jurídico e a supervisão dos serviços jurídicos da administração direta e indireta no Município de Maricá, conforme aduzido pelo artigo 142 da Lei Orgânica do Município de Maricá, de modo que o seu parecer é orientador e opinativo com vistas a subsidiar a decisão do gestor, o que – nesse caso – já restou por evidenciado no curso do parecer que procedeu a análise do instrumento convocatório, o qual nos reportamos.

À Secretaria de Educação,

FABRÍCIO MONTEIRO PORTO
Procurador-Geral do Município